

RESENHA BIBLIOGRÁFICA (*)

SEPP (Pe. Antônio). — *Viagem às Missões Jesuíticas e Trabalhos Apostólicos*. Tradução de A. Reymundo Schneider. Introdução por Wolfgang Hoffmann Harnisch. São Paulo. Editora Martins. 1973. Biblioteca Histórica Brasileira, n. XI).

Os escritos do Padre Antônio Sepp são importantes subsídios para a história do Brasil Meridional (*Viagem às Missões Jesuíticas e Trabalhos Apostólicos*. Tradução de A. Reymundo Schneider; introdução por Wolfgang Hoffmann Harnisch. São Paulo, Martins, 1973. *Biblioteca Histórica Brasileira*, v. XI). Constituem os mais antigos documentos da historiografia riograndense, especialmente valiosos para o oeste da região — e, portanto, complementam o trabalho de Cristóvão Pereira, específicos do leste. Comparam-se à obra de Basílio da Gama e aos Anais do Visconde de São Leopoldo, embora, é claro, em posição divergente, isto é, de um jesuita das Missões.

O Padre Antônio Sepp de Rechegg nasceu em 1655 no Tirol. Ainda jovem, figurou entre os meninos cantores na corte imperial de Viena. Recebeu formação musical do mestre-capela de Augsburg; aliás, um dos aspectos mais destacados de sua obra entre os índios yaros foi a música. Aos dezenove anos ingressou na Companhia de Jesus e, em 1691, foi para Cádiz juntamente com quarenta e quatro missionários. Morreu em 1733.

Inicialmente, na América, o Padre Sepp esteve entre os índios da redução de Japeju, cujos campos hoje corresponderiam a Alegrete, Livramento, Quaraí, Uruguaiana e trecho do Uruguai. Essa redução era ponto-chave para as vinte e nove outras da região, bem como a mais densamente povoada. Possuiu importância histórica, pois dela saíram os conquistadores de Sacramento. De Japeju o Padre Sepp foi para São Miguel e, em seguida, fundou a redução de São João Batista (fato que, como veremos, tem importância na sua obra historiográfica).

A nosso ver, a obra do Padre Antônio Sepp merece alta credibilidade, uma vez que não se compõe de escritos oficiais, mas de correspondência familiar. A *Viagem* são cartas que escreveu para seu irmão, em tom coloquial e distenso. Ademais, sua importância é maior para a história econômica que para a política, embora o Padre Sepp vivesse numa época em que ainda eram audíveis os ecos das incursões dos paulistas.

(*) — Solicitamos dos Srs. Autores e Editores a remessa de suas publicações para a competente crítica bibliográfica. (*Nota da Redação*).

Para quem aceita ser importante escrever a História do Brasil a partir de uma história regional e também os laços íntimos com a evolução histórica da região platina, então a contribuição do Padre Sepp dispensa comentários. Nas informações que nos transmite, descreve com minúcias as rotas utilizadas no tempo e os meios de transporte. Ele mesmo passou por elas para ter acesso à área das Missões e viagens entre as reduções.

O mérito maior de seus escritos cabe à historiografia econômica. Através dele ficamos sabendo como e quando aproximadamente foram introduzidos produtos que hoje são típicos da região. Seus relatos dos rebanhos selvagens e do uso que dele se fazia são bastante vivos e corroboram outras informações. Fala-nos também da produção de couro e de seu envio para a Europa — a courama, como sabemos, constituiu produto de relevo na economia do Rio Grande. O Padre Sepp descreve-nos a produção algodoeira, de trigo, frutas, a apicultura, a plantação das vinhas. Dados inestimáveis sobre os preços na época e no local são fornecidos pelo jesuita, bem como sua conversão em moeda européia.

O aspecto econômico de seus escritos, porém, não se limita à descrição dos produtos. Vai além e aborda o problema da mão-de-obra e da divisão do trabalho. Como e em que podiam os índios ser empregados; o que sabiam ou não fazer; fala-nos de seu desempenho nas atividades artesanais, nos serviços, na sua facilidade em tratar com o rebanho e em suas dificuldades em lidar na agricultura. O Padre Sepp orienta-nos ainda na técnica empregada, nos problemas que envolviam os instrumentos, na ausência de metais — é bom acrescentar que foi ele um dos iniciadores da siderurgia do Rio Grande do Sul e um dos primeiros a utilizar a diferenciação (já conhecida) entre ferro e aço.

Não menos importante que o aspecto econômico, é a descrição da montagem e funcionamento de uma redução. Sobre isto o Padre Sepp era bastante categorizado para falar, uma vez que ele mesmo fundou a redução de São João Batista (conforme nos referimos antes). Narra a estrutura interna de um aldeamento, a vida cotidiana, as funções do padre etc., em detalhes. Aborda com naturalidade os problemas relacionados com a defesa do povoado, as técnicas defensivas e a predisposição existente contra qualquer tipo de invasor. Talvez pelo fato de não ser espanhol, o Padre Sepp quase não se refira aos paulistas e tece críticas — sutis, embora — aos espanhóis. Relata também como desembaraço as questões relacionadas à subsistência dos índios aldeados. Não esconde que pelo abastecimento farto e constante conseguia manter aquietados os nativos; ao contrário, sublinha este fato. Chega ao ponto de nos informar de que modo era feita a distribuição de alimentos e dos cuidados que se deveria tomar devido à *falta de juízo dos gentios*, isto é, à ausência do senso de medida e mediaticidade entre eles.

As experiências cotidianas do padre comandante de uma redução ficam bastante claras. São experiências do Padre Sepp, mas parece que são típicas,

comuns aos demais em situação semelhante. Suas atividades espirituais e de superintendência são descritas pormenorizadamente, até questões tais como o vigiar a cozinha da casa do padre e a limpeza dos utensílios — cujo *descuido* o Padre Sepp não consegue entender.

Antônio Sepp é um homem de seu tempo, e, portanto, não vê as coisas na perspectiva que hoje temos. Contudo, conseguimos extrair de seus relatos informações caras, mesmo no que se refere à mentalidade, isto é, aos costumes, do homem que ali vivia naquele tempo. Se o historiador tem muito a descobrir na obra do Padre Sepp, um antropólogo também o tem. Mesmo as surpresas diante de costumes que ele não tinha condições de compreender constituem elementos preciosos. Dentre alguns aspectos da mentalidade do indígena que se relacionavam com o Padre Sepp, destacamos dois que só podem confirmar constatações posteriores dos antropólogos: a ausência do senso de medida e a falta de noção do tempo mediato.

Mas alcançamos também alguma coisa da mentalidade do Padre Sepp — que era, certamente, a dos jesuitas missionários — como por exemplo sua ingenuidade no trato de certas questões.

Uma das descrições mais delicadas, a nosso ver, e que consta na *Viagem*, é a respeito do treinamento militar dos índios aldeados — ao qual o Padre Sepp não denomina claramente. Sobre isto pouco adianta, mas o que diz basta para avaliar a que ponto essa preparação era levada a sério. Trata-se da recepção que lhe deram em Japejú. Sob o caráter de festividade, os índios esboçam uma pseudo batalha, fazendo-se de brancos ou guerreiros. A certa altura, o padre fala-nos até de *esquadrões de cavalaria e de suas divisões de infantaria* — aliás, Japejú encontrava-se entre os yaros e charruas, índios cavaleiros.

Ainda neste aspecto, informa-nos sobre a infra-estrutura da redução, na expectativa de qualquer eventualidade menos favorável. Quando descreve a peste que se abateu na redução, ficamos sabendo da improvisação fácil de um hospital. O narrador até nos adianta que, se faltavam remédios e enfermeiros, ou mesmo médicos europeus — jesuitas, decerto — não seria difícil ou ao menos impossível busca-los. Essa descrição consta nos *Trabalhos* e mostra até que ponto podia haver mobilização em massa a qualquer momento.

Para finalizar, os escritos do Padre Sepp possuem interesse: para a história regional do Brasil e para a história do Brasil; para a história das relações entre o Brasil meridional e as regiões platinas; são escritos econômicos detalhados; abordam cuidadosamente o problema da mentalidade. Sobretudo são subsídios para uma história das missões.

CARLOS MARCOS AVIGHI

* *

*

CARMAGNANI (Marcello). — *Les mécanismes de la vie économique dans une société coloniale: le Chili (1680-1830)*. Paris. SEVPEN. Coleção "Monnaie-Prix-Conjuncture". École Pratique des Hautes Études. Centre de Recherches Historiques. VI Section. 1973. 392 pp. Preço: 98 F.

Esta obra se propõe analisar os mecanismos essenciais da vida econômica chilena. Ainda que o Chile fosse considerado, até sua independência, como a menos importante das colônias espanholas da América, seu estudo vai além dos estreitos limites de suas fronteiras e seu estudo se entrosa com o de outras regiões da América espanhola.

Para apreender esses mecanismos, o autor reconstruiu a evolução da produção agrícola e mineira, do comércio externo e interno do Chile, baseado em numerosas séries de impostos e de preços extraídos dos fundos de arquivos chilenos e espanhóis.

Essa pesquisa quantitativa, que apoia igualmente sobre fontes qualitativas, põe em evidência a interdependência dos fatores internos e externos, que colocou o Chile sob o domínio da Espanha e através dela, dos principais países da Europa ocidental.

Até 1730 mais ou menos, o Chile não dispunha ainda de uma economia nacional, mas somente de três regiões quase independentes entre elas. Foi então que a demanda do ouro, prata e cobre chilenos pelos países europeus, por intermédio da Espanha, aumentou ao ponto de criar novas relações entre as próprias economias regionais. Ela introduziu um sistema de dominação entre Santiago e a província, favorecendo a formação de um mercado "nacional".

Esse desequilíbrio das relações externas e inter-regionais reduziu a economia chilena a um estado de sujeição face às potências européias. Através da história desses mecanismos, vê-se esboçar os traços característicos do sub-desenvolvimento que não cessarão de se acentuar durante o século XIX.

M. R. C. R.

* * *

*

NICODEMOS (José Pedro). — *A contribuição historiográfica de Frei Vicente do Salvador*. Prefácio de Juarez da Gama Batista. Universidade Federal da Paraíba. Imprensa Universitária. 1971, 137 pp.

Temos a grata satisfação de assinar esta breve resenha de uma obra que proporcionou ao seu Autor o primeiro prêmio, concedido em concurso de âmbito nacional, emanado do Departamento Cultural da Universidade Federal

da Paraíba, “em comemoração do IV Centenário do nascimento de Frei Vicente do Salvador e para estudo sobre a sua obra”.

Realmente, o Prof. Nicodemos, com relevante folha de serviços prestados à cultura, titular da cadeira de História do Brasil da Universidade Federal da Paraíba escreveu uma obra digna de particular atenção, uma vez que seu objetivo é resumir numa síntese clara e precisa tudo o que foi até então escrito sobre o frade baiano, numa abordagem que, sem ser exaustiva, apesar da amplitude do assunto, corresponde às exigências da historiografia atual.

O primeiro capítulo é dedicado ao problema dos “critérios periodológicos da literatura nacional” (p. 3-4), em especial quando estudam a época colonial e as contribuições a um só tempo historiográficas e literárias dos séculos XVI e XVII; já o segundo trata do espírito que norteia essa época e das duas filosofias coexistentes, ou melhor, dos “dois humanismos”, o medieval teocêntrico e o antropocêntrico (p. 8). O capítulo seguinte cuida das origens do historiador, sua vida, carreira eclesiástica e de sua vocação para historiador.

Com relação à *História do Brasil* de Frei Vicente — a primeira obra no gênero, escrita por um brasileiro — o quarto capítulo mostra como ela foi casualmente encontrada por um livreiro que a doou à Biblioteca Nacional, suas edições, as fontes utilizadas pelo Frei, seu estilo “com aspecto de poema histórico em prosa” (p. 28). Os capítulos seguintes, ou seja, do quinto ao décimo tecem uma análise dessa obra ultimada em 1627, uma abstração do “todo complexo permitindo a avaliação da multiplicidade de aspectos estruturais. De componentes ideológicos e materiais na interação dinâmica do processo sócio-cultural-histórico” (p. 29).

Considerando-se que Frei Vicente realizou, no dizer de Capistrano, “uma história quase mítica, o décimo capítulo desenvolve a problemática da mitificação da história enriquecida com abundantes exemplos de mitos anotados na *História do Brasil* de Frei Vicente e em trabalhos de seus antecessores. O décimo primeiro capítulo é sequência natural do anterior, destacando a “associação do mito ao sobrenatural cristão” (p. 120) e “a interferência do sobrenatural do providencialismo, suprimindo as deficiências da força humana” (p. 125) no processo histórico da colonização.

Além do mítico e do teológico, não falta à *História do Brasil* material de caráter sociológico, daí o título de “Antecipações sociológicas” dado pelo Prof. Nicodemos ao capítulo final de sua obra. Na verdade, além de narrador político, administrativo, mítico, teológico, pode-se considerar Frei Vicente um pioneiro e “intuitivamente um historiador social” sugestivo, inesperado, contraditório, misterioso, cômico, alegre, trágico, falível, rotineiro, eterno (p. 135).

É de se destacar o mérito e a felicidade do Autor laureado, que, graças ao seu invulgar talento, seu caráter sistemático, sua erudição e espírito arguto,

vem facilitar sobremaneira, o estudo de aspectos ainda não explorados da obra seiscentista.

Por último, embora o Autor queira que se considere sua “Contribuição Historiográfica de Frei Vicente do Salvador” como mero *approach* do que lhe ocorreu nas suas leituras, a sua contribuição é bastante válida na medida em que presta inestimável serviço aos que cultivam a historiografia pátria, especificamente a dos séculos XVI e XVII, de onde se conclui o acerto da comissão de escritores em atribuir o primeiro prêmio ao trabalho do Prof. Nicodemos.

EUZA ROSSI DE AGUIAR FRAZÃO

* *

*

ARNAUD (Expedito). — *Aspectos da Legislação sobre Índios do Brasil*. Publicações Avulsas do Museu Goeldi, nº 22, Belém, 1973, 45 p.

O Autor, Bolsista do CNPq junto ao Museu Emílio Goeldi, dividiu o estudo da legislação relativa aos índios do Brasil em três períodos: Colonial, Imperial e Republicano.

Baseando-se em citações bibliográficas de outros estudiosos do assunto — desde que E. Arnaud infelizmente não realizou pesquisa nos Arquivos — o Autor tenta reconstruir os principais passos ou características da legislação antiga no tocante à população indígena. Ensina-nos, logo no início, que não obstante a existência de um *breve* do Papa Paulo III (1537), e da célebre *bula* de Urbano VIII (1539), que consideravam os silvícolas americanos recém-contactados com os cristãos, como verdadeiros homens, isto é, portadores de uma alma imortal, logo capazes da fé cristã, com direito à liberdade e domínio de seus bens, isto mesmo se ainda não tivessem sido evangelizados, sendo excomungados os que ofendessem as suas liberdades, não obstante tal determinação papal, o certo é que os atos do governo e dos colonos no Brasil contrariavam quase sempre tais ensinamentos: a escravização, ou quando esta era impossível, o simples extermínio, foram a maneira mais habitual de relacionamento dos brancos com os ameríndios. No tempo do Marquês de Pombal, no entretanto, adota-se nova política também no tocante ao *gentio*: da-se total liberdade aos índios, tornando-os iguais aos demais súditos da Coroa, com todos os privilégios, honras e isenções (p. 10). E como, sobretudo no extremo Norte e nas áreas de fronteira, a densidade demográfica de colonos brancos era extremamente baixa, Pombal insiste no casamento inter-étnico (de brancos com índias), isto com o escopo de se efetivar a ocupação e garantir a posse de tais áreas pela Coroa Portuguesa. A *assimilação* é a palavra de ordem. Além disso, durante este período, os religiosos e missionários perdem o poder temporal sobre as antigas missões, sendo

as aldeias missionárias transformada sem povoações e vilas governadas pelo braço secular. Com o afastamento do Marquês de Pombal, sua legislação passou a ser abertamente violada, e os índios continuam a ser tratados com a mesma selvageria de antes. Como prova está a autorização dada, em 1808, ao Governador da Capitania de Minas Gerais, de iniciar guerra ofensiva contra os *boto-cudos*, guerra esta

“que não deverá ter fim senão quando tiverdes a felecidade de vos assenhorar de suas habitações...” (p. 12).

No período Imperial nova ênfase é dada à política assimilacionista, e José Bonifácio é sem dúvida o principal teórico deste processo. No seu trabalho *Apontamentos para a Colonização dos Índios Bravos do Império do Brasil* (1823), apresentado na Assembléia Constituinte, José Bonifácio muito embora se referindo ao silvícolas como

“povos vagabundos dados a contínuas guerras e roubos, sem freio algum religioso ou civil”,

não obstante tal caracterização negativa e preconceituosa, propõe que se trate a população indígena com maior justiça, brandura, civilizando-a através do comércio, das relações pacíficas e dos casamentos entre índios, brancos e mulato (p.14). Alguns anos passados, em 1831, Ladislau Monteiro Baena envia uma representação ao Concelho da Província do Pará, sugerindo uma série de normas para promover o aumento da população do país, entre elas, a incorporação dos índios à sociedade nacional. Infelizmente, nenhum destes dois projetos (Bonifácio-Baena) chegaram a ser diretamente aproveitados, nem pelo poder central, nem pelas autoridades provinciais. Não obstante, várias leis são decretadas durante o Império, tendo como objetivo definir o *status* dos selvagens e situa-los dentro da contexto nacional. Entre estas leis, convem destacar as seguintes:

— Lei de 27 de outubro de 1831, através da qual é reafirmada a liberdade dos índios, incentivada a prestação de socorros através do Tesouro, sendo doravante os índios considerados como orfãos, passando consequentemente à tutela orfanológica.

— Lei de 12 de agosto de 1834, através da qual é atribuída às Assembléias Legislativas Provinciais a competência de organizar a estatística provincial, catequisar e civilizar os indígenas, para tanto ordena-se o estabelecimento de colônias.

— Lei de 24 de julho de 1845, através da qual proíbe-se que os índios sejam removidos das terras onde quisessem permanecer, devendo-se estimular o casamento dos nativos com “pessoas de outras raças”; concede-se aos Diretores de Índios maiores funções na fiscalização e aplicação das rendas das aldeias.

— Lei de 18 de setembro de 1850, através da qual determinou-se reservar, das terras devolutas, as que fossem necessárias para a colonização dos indígenas.

— Lei de 27 de setembro de 1860, através da qual foi autorizado ao Governo aforar ou vender os terrenos das antigas aldeias que estivessem abandonadas, cedendo a parte julgada suficiente para os índios que ainda aí habitassem.

Como se conclui a partir da leitura da legislação relativa aos indígenas brasileiros, este período é marcado notadamente por problemas referentes à posse e usufruto da terra das aldeias, e muito embora tenham sido promulgadas algumas leis que garantiam e protegiam os direitos dos silvícolas, o certo é que se nota a progressiva perda, durante o Império, destes direitos básicos: com a desfiguração da cultura tradicional, os índios passam a engrossar a fileira dos “caboclos” e “sertanejos”, e como estes, perdido o *status* de “índio”, passam a ser míseros “vadios” ou simples “moradores”, que como os demais brasileiros pobres, vivem em terra alheia.

Após a proclamação da República, a primeira manifestação a favor dos índios partiu da Igreja Positivista, a qual apresentou à Assembléia Constituinte um projeto que conferia às tribos indígenas o *status* de “Estados Americanos do Brasil empiricamente confederados”. Em 1910 é criado o Serviço de Proteção aos Índios, baseado em parte nos princípios humanitários de José Bonifácio e nas idéias positivistas em voga no momento. Um dos lemas que nortearam a fundação deste órgão era a de proteger o silvícola

“sem procurar dirigir para não perturbar a sua evolução espontânea” (p. 20).

Em 1928 os índios são liberados da tutela orfanológica, e divididos em quatro grupos:

1. — índios nômades;
2. — índios arranchados ou aldeados;
3. — índios pertencentes a povoações indígenas;
4. — índios pertencentes a centros agrícolas ou que vivam promiscuamente com civilizados (p. 22).

Em 1934 o SPI (que pertencera anteriormente à alçada do Ministério da Agricultura, depois à do Ministério do Trabalho), passa à jurisdição do Ministério da Guerra, pois os índios passam a ser tidos (como nos tempos de Pombal), como elementos importantes na consolidação de nossas fronteiras, devendo por esta razão ser chamados à nacionalidade

“antes que os países limítrofes os chamem à sua...” (p. 25).

A década de 40 é marcada pelos problemas diplomáticos referentes à jurisdição ordinária dos prelados e prefeitos apostólicos sobre as Missões. Em

seguida o Autor descreve sobre a estrutura interna do antigo SPI, seus principais problemas e sua extinção em dezembro de 1967, atribuída sobretudo à carência de recursos e às más administrações. Analisa em seguida a criação do novo organismo, a Fundação Nacional do Índio, instituída por lei de 5 de dezembro de 1967: seu regimento interno, sua administração, assim como o “estatuto do índio”, que à imitação da lei de 1928, subdivide os aborígenes em quatro grupos:

1. — em estado tribal;
2. — em estado semi-tribal;
3. — em processo de integração;
4. — assimilados e adaptados (p. 34).

Conclui a obra um sumário (em português e inglês). Trabalho de muita utilidade para o historiador, para o antropólogo, para o legista e para o público em geral interessado em conhecer tais aspectos do problema indígena brasileiro, só lastimamos que E. Arnaud não tenha ido diretamente às fontes primárias na sua compilação sobre a legislação sobre os índios. A transcrição de um maior número de textos básicos, sobretudo para os períodos da Colônia e Império, e a indicação, por exemplo, de Relatórios Presidenciais que tratassem de assuntos referentes aos indígenas das diferentes províncias do Império, certamente que teriam feito desta obra um *vademecum* de valor muito mais substantivo.

LUIZ MOTT

* * *

TAYLOR (Ronald) (Compiled by). — *A Collection of Writings from the Eighteenth to the Twentieth Century*. London. G. Bell & Sons. 1973. 2 vols.

O Professor de Língua e Literatura Alemãs da Universidade de Sussex, Ronald Taylor, preparou uma esplêndida antologia do pensamento e da cultura alemãs. O livro é dividido em dois volumes, o primeiro sobre filosofia, religião e arte, e o segundo sobre história e sociedade. A idéia de divisão temática valorizou a coleção, dando ao leitor a liberdade de escolher suas leituras. Somente o título, as pequenas introduções e as poucas notas são escritos em inglês; o texto escolhido, e sempre bem escolhido de edições reputadas, é reproduzido no original alemão. Trata-se, portanto, de uma antologia, um documentário literário, como está hoje tão em moda, que serve e serve bem a professores e estudantes da língua e da literatura alemãs.

O primeiro volume contém textos essenciais de dezenove autores: Lessing, Herder, Kant, Schiller, Fichte, Schelling, Goethe, Hölderlin, Schlegel, Hoffmann,

Hegel, Schopenhauer, Nietzsche, Dilthey, Döblin, Jaspers, Heidegger, com vinte textos, sendo Nietzsche o único com dois textos (*Vom den ersten und letzten Dingen* — Dos primeiros e últimos objetos; e *Mahnruf an die Deutschen* — Grito de advertência aos alemães), ambos das *Obras Completas*, edição de Munique de 1922. A escolha é bem feita, vem de Lessing (1729-1781) até Heidegger (1889-), e são este (*Was heisst Denken* — O que significa pensar) e Dilthey (*Die Kultur der Gegenwart und die Philosophie* — A Cultura do Presente e a Filosofia) os únicos textos já traduzidos, o primeiro em português e o segundo em espanhol, Hegel (*Ueber das Wesen der philosophischen Kritik* — Sobre a essência da crítica filosófica), Dilthey, Jaspers e Heidegger são os únicos com traduções espanholas e portuguesas, tendo Dilthey obras completas em espanhol.

O segundo volume vem de Herder (1774-1803) a Adorno (1903-1969) e constitui também uma exemplar seleção de textos fundamentais. São quinze autores e se não erro nenhum tem tradução portuguesa, e todos cobrem, com a conhecida profundidade alemã, varios aspectos da história e da sociedade. O primeiro de Herder (*Idee zum ersten patriotischen Institut fuer den Allgemeingeist Deutschlands*, 1787 — Idéia sobre o primeiro Instituto patriótico sobre a universalidade alemã), o discurso inaugural da Associação Internacional dos Trabalhadores feito por Marx (1864), o ensaio de Max Weber, Os três tipos puros do Poder legítimo (*Die drei reinen Typen der legitimen Herrschaft*), as conferências de Freud de Introdução à Psicanalise (*Vorlesungen zur Einfuehrung in die Psychoanalyse*), os Deveres políticos da Juventude alemã (*Politische Pflichten der deutschen Jugend*, 1924), de Spengler, o discurso de Brecht no Primeiro Congresso Internacional de Escritores sobre a defesa da cultura (*Rede auf dem Ersten Internationalen Schriftstellerkongress zur Verteidigung der Kultur*), a conferência de Thomas Mann, A Alemanha e os Alemães (*Deutschland und die Deutsche*), feita no auditório Coolidge da Biblioteca do Congresso em Washington, aos 29 de maio de 1945, tentando mostrar as duas Alemanhas, os dois alemães, e condenando a brutalidade nazista. Finalmente o estudo de Theodor Adorno, “O conhecimento da sociologia do saber” (1953), encerra a antologia que, pelo seu criterioso carater seletivo dá uma idéia representativa da cultura alemã, de seus filósofos, poetas, historiadores, pensadores sociais e políticos. Mostra, também, que há uma tradição, um poder das idéias, e que a identidade nacional alemã contem em si mesma o conservadorismo e o militarismo prussiano e o liberalismo intelectual e político. As contradições, as ambiguidades, os libertários e liberticidas, os conservadores e os revolucionários são próprios do espírito alemão, retratado nesta admiravel antologia.

O compilador lamenta não ter incluído Marcuse e Habermas, os dois neo-marxistas tão divergentes, e pessoalmente deploro que nem Mommsen, nem Meinecke, nem Ritter, os três grandes historiadores alemães estejam represen-

tados. Esta antologia serve aos estudos de língua e literatura alemães, bem como aos de filosofia, história e sociologia.

JOSE HONÓRIO RODRIGUES

* * *

*

NICOULIN (Martin). — *La Genèse de Nova Frigourgo: Émigration et Colonisation Suisse au Brésil — 1817-1827*. Editions Universitaires, Fribourg, 1973. 364 págs.

Trata-se a presente obra do segundo volume da série *Études et Recherches d'Histoire Contemporaine*, coleção publicada por R. Ruffieux, professor nas Universidades de Fribourg e Lausanne.

O livro (que originariamente foi a tese de doutoramento de seu autor) está dividido em três partes: na primeira, *Les Suisses et l'Émigration sous la Restauration* vai da página 21 à 150. Encontramos aí um sumário sobre a emigração para a América no início do tempo da Restauração, os primeiros passos tomados pelo governo português (D. João VI) no sentido de trazer colonos suíços para o Rio de Janeiro e a importância da interferência do diplomata S. N. Gachet (conhecido então como *le citoyen de Gruyères*) nestas tramitações. Em seguida estuda o Autor todas as atividades oficiais no sentido de se estabelecer as bases jurídicas e as garantias para os imigrantes, o processo de escolha e seleção dos candidatos que aspiravam emigrar, assim como a participação diferente de cada cantão suíço no contingente humano que partiu para o Novo Mundo. A preparação para a grande viagem e a travessia oceânica propriamente dita concluem a primeira seção desta obra.

A segunda parte traz o título *Le Brésil et la Colonisation des Suisses* (págs. 153-234). Aí o Autor entra em mais detalhes sobre as dificuldades da travessia do Velho para o Novo Mundo: tal realidade se torna mais clara e sensível com a reprodução do depoimento de dois participantes desta aventura transcontinental (págs. 159-166). A chegada dos suíços no Rio de Janeiro, sua acolhida, o encontro dos imigrantes com a nova paisagem, a vida e o trabalho dos recém-chegados, suas dificuldades, crises e solução, eis alguns dos temas focalizados por M. Nicoulin.

Appareil Critique é o título da terceira parte (págs. 235-306). Aí vamos encontrar a transcrição de uma série de documentos referentes aos temas até então tratados: documentos diplomáticos, dados sociológicos (nome, sobrenome, idade e domicílio de cada imigrante subdividido por cantão), cartas de colonos enviadas a parentes que residiam na Suíça. Completa a obra um sugestivo e original capítulo que traz o título *L'Aventure par l'Image*, onde M. Nicoulin reproduz, descreve e analisa quatro pinturas (duas aquarelas, uma aquarela e uma litogravura) de pintores da época que retrataram aspectos da vida dos colonos de Nova Friburgo.

Para escrever seu livro o Autor realizou pesquisa em vinte e um Arquivos e Bibliotecas dos diferentes cantões que contribuíram com emigrantes para a

colonização de Nova Friburgo. No Brasil fez levantamentos em oito dos principais Arquivos existentes na região do Rio de Janeiro; em Lisboa localizou alguns dados na Biblioteca Nacional, e em Paris, nos *Archives Nationales*.

Embora M. Nicoulin tenha trabalhado com um universo populacional relativamente reduzido, durante apenas dez anos, tratando de um grupo que apresentava certa homogeneidade sócio-econômica, trabalho este facilitado pela existência de núcleos documentais bastante concentrados e rapidamente localizáveis, não obstante tais facilidades, esta monografia representa uma contribuição séria, original e importante para a bibliografia referente aos diferentes grupos étnicos que vieram para o Brasil no século XIX na qualidade de imigrantes e colonos. Poucas obras que trataram temas relativos aos emigrantes foram, a nosso ver, coroadas de tanto êxito: com um precisão verdadeiramente suíça, e com imensa sensibilidade soube o Autor reconstruir diligentemente os passos e os momentos mais significativos que marcaram a gênese da colonização de Nova Friburgo. Apenas como ilustração, e com a finalidade de aguçar a curiosidade do leitor, daremos a seguir algumas informações estatísticas sobre a composição desta população de imigrantes. Segundo nos ensina o Autor, a emigração suíça para Nova Friburgo compôs-se de 2.006 pessoas, pertencentes à seguinte constelação de cantões: Friburgo: 830; Berna: 500; Valais: 160; Vaud: 90; Neuchâtel: 5; Genebra: 3; Argóvia: 143; Soleure: 118; Lucerna: 140; Schwyz: 17. Destes, 72% tinham o francês como língua materna. De um total de 1.999 indivíduos, vieram 1.102 homens, e 897 mulheres. Quanto à sua composição etária, temos:

 jovens (de 0-19 anos): 1.140;
 adultos (de 20 a 59 anos): 837;
 velhos (de mais de 60 anos): 22.

Quanto à sua especialização profissional, temos o seguinte panorama: agricultura: 180; construção: 55; equipamentos e manutenção: 82; alimentação e indústria textil: 46; diversos: 18. (págs. 108-112).

LUIZ MOTT

* * *

*

CABRAL (João Batista Pinheiro). — *O Partido Liberal Mexicano e a Greve de Cananea. Breve estudo de um movimento precursor da Revolução de 1910*. Fundação da Universidade de Brasília. Série História — 2. Janeiro, 1974. 90 páginas. 1 mapa.

A presente monografia de mestrado, originalmente em língua inglesa, foi apresentada, pelo autor patricio, ao Departamento de História da State University of New York, Fredônia, no mês de maio de 1972. A tradução livre, editada pela Universidade de Brasília, torna acessível uma obra objetiva e analítica, fonte indispensável para o conhecimento de um dos períodos mais agitados e significativos da história do México.

Fundamentada em vasta documentação primária e secundária, metodicamente pesquisada em inúmeros arquivos públicos e privados, em especial dos Estados Unidos da América, esta obra estuda, a fundo, a problemática vinculada à luta encetada pelo Partido Liberal Mexicano contra o regime do General Porfirio Díaz.

Como o próprio subtítulo indica, o autor procura esclarecer os complexos problemas que envolviam o país em questão, os quais, redundando num movimento popular, iriam, segundo palavras do próprio estudioso, “marcar o fim do “Porfiriato” e abalar profundamente a estrutura social, política e econômica do México”. Quer nos parecer que as noventa páginas deste estudo se justificariam simplesmente pelos tópicos: “O longo governo do Gen. Díaz. A doutrina Pan o Palo” e suas consequências; “O Partido Liberal Mexicano. Origens e principais líderes. A Hostilidade governamental. Radicalização e o exílio do P. L. M.”; “Infiltração clandestina do P. L. M. no México. Cananea; a cidade e a companhia de mineração. Problemas trabalhistas. Atuação do P. L. M. entre os mineiros de Cananea. A Rebelião”; “A supressão do movimento rebelde. O castigo ministrado aos participantes e instigadores da revolta”. Ao longo deles desenrola-se um trabalho de importância para todo aquele que se dedica ao estudo do passado dos nossos irmãos latino-americanos.

Completam a obra: um mapa do México, apêndice e bibliografia.

EUZA ROSSI DE AGUIAR FRAZÃO

* * *

*

HUTTER (Lucy Maffei). — *Imigração Italiana em São Paulo (1880-1889)*. — *Os primeiros contactos do Imigrante com o Brasil*. São Paulo, Instituto de Estudos Brasileiros, 1972.

Imigração Italiana em São Paulo é um livro que abrange o estudo da tentativa de solução de um dos grandes problemas que surgiu para o setor agrário — exportador brasileiro com a gradativa abolição da escravatura, qual seja o da mão-de-obra.

A Autora, depois de *mostrar* a deficiente situação política-social-econômica do Estado Italiano em meados do século XIX, *justifica* o pauperismo do povo italiano e *especifica* as Regiões Italianas que mais forneceram imigrantes para o nosso país, especialmente para São Paulo.

Após esta exposição inicial, *trata dos problemas* enfrentados pelos imigrantes italianos desde os primeiros passos em seu torrão natal até a sua localização em terras brasileiras.

Aborda as duas correntes de idéias em relação à situação do Brasil, formadas em decorrência de propaganda positiva e negativa e sua influência no fluxo imigratório. *Destaca* sobretudo a atuação da *Sociedade Central de Imigração* e do *Governo de São Paulo*, na campanha de reabilitação do Brasil, como centro de Imigração. *Esclarece* que o imigrante italiano foi atraído para o Brasil não só por iniciativas oficiais, como também por iniciativas particulares, sendo que estas chegaram a organizar a *Sociedade Promotora de Imigração*, a qual chegou a proporcionar aos imigrantes condições mais eficientes do que aquelas dispensadas pelas próprias autoridades italianas.

Não *escapou* à Autora, nesta obra, os percalços que os imigrantes sofreram por parte dos intermediários de contratação, das Companhias de Navegação, da falta de sincronização dos serviços de embarque e desembarque de bagagens, da hospedagem, do desembarque em lugares diferentes daqueles previstos e da demora do recebimento do “auxílio provincial”.

Analisa, como ainda ninguém havia feito, o trabalho da *Hospedaria de Imigrantes em São Paulo* e os inúmeros problemas ali enfrentados pelos recém-desembarcados e por aqueles que ali esperavam o auxílio do governo provincial ou brasileiro para o retorno à Itália, uma vez que não se haviam adaptado às reais condições do Brasil. Embora em número reduzido, houve repatriação. A maioria porem, naturalizou-se e até mesmo provocou a vinda de parentes para o Brasil.

Segundo a Autora, a imigração dos italianos para o Brasil foi obstaculada: a). — *Pela ação da propaganda Argentina* que apresentava dupla face: folhetos que elevavam as condições dos argentinos, apontando suas terras como a “terra da promessa” enquanto que em outros, “retalhavam” o Brasil, assustando os imigrantes, levando-os a não procurar nosso país; b). — *Pela negligência das autoridades Brasileiras* em atender às reclamações ou solicitações dos imigrantes; c). — *Devido aos maus tratos dispensados pelos fazendeiros* aos imigrantes, acostumados que estavam à escravidão; d). — *Pela falta de propaganda* realizada pelo governo brasileiro.

Conclui, alegando que, a Imigração Italiana no Brasil de 1880 a 1889, proporcionou ao Governo Brasileiro uma experiência de vital importância, para melhorias no proceder do mesmo, nos anos posteriores, com relação ao problema da Imigração.

A Autora, Lucy Maffei Hutter *realizou um trabalho* criterioso e como o próprio Sérgio Buarque de Holanda cita no seu prefácio, em muitos pontos considerar-se pioneiro.

Ao longo da obra nota-se a seriedade da Autora, que através de dados procura justificar suas proposições, mostrando no decorrer da redação que não foi um trabalho de amador mas de um técnico consciencioso que embora abor-

dando apenas uma parcela do “grande problema da imigração” no Brasil, não deixou de interligá-lo ao contexto nacional e internacional.

É bem verdade que muitos pontos não foram totalmente elucidados mas isto se justifica, uma vez que, a falta de documentação é o “ponto crucial” para todo o historiador. Mas assim mesmo estamos diante de um livro *excelente*, de linguagem simples, profundidade no trato de quase todo o assunto e de imensa valia, sobretudo, para os estudiosos, bem como para os pesquisadores da problemática brasileira e paulista no período da implantação do trabalho livre no Brasil.

Em suma, o livro *Imigração Italiana em São Paulo de 1880 a 1889*, tese de doutoramento da Autora, coloca o leitor no âmago da questão — a imigração em São Paulo — e permite a todos uma visão precisa e real dos dramas vividos pelos imigrantes italianos, em suas inúmeras facetas, no período que compreende da sua saída da Itália até a sua localização em terras brasileiras.

IRACI GIRARDI

* *

*

RAMOS (Arthur). — *O Negro na Civilização Brasileira*. Livraria Editora da Casa do Estudante do Brasil, Rio de Janeiro, Guanabara, 1971.

O Negro na Civilização Brasileira é uma obra recentemente publicada pela Livraria Editora da Casa do Estudante do Brasil, que assume o encargo da publicação de uma série de trabalhos de Antropologia Brasileira, a fim de legar às novas gerações o que há de clássico na literatura antropológica brasileira, que de outra maneira lhes permaneceria inaccessível.

A obra em questão tem como título original norte-americano: *The Negro in Brazil* e foi publicada em 1939. Nela o autor apresenta uma introdução ao estudo do negro brasileiro, para que o leitor norte-americano possa ter ao menos uma visão geral sobre a questão racial e as relações entre brancos e pretos do Brasil. Essa preocupação pode ser percebida pela maneira com que o autor dispensa certos detalhes que em outras ocasiões seriam tratados mais aprofundadamente; essa obra no entanto não chega a ser superficial, pois atinge os objetivos de informar corretamente aos leitores a maneira decisiva com que o negro compõe o quadro humano e cultural do Brasil.

O Negro na Civilização Brasileira se inicia com um breve levantamento histórico que permite ao leitor localizar o processo que introduziu o elemento negro no Brasil. E a partir da introdução do negro escravo, Arthur Ramos passa a analisar o papel desempenhado pelo negro durante a escravidão e nos

movimentos de abolição. O negro livre inicia sua penetração nos meios sociais dado ao fato de ser a linha de cor quase inexistente.

Traçando um quadro da herança cultural negra, o autor se refere às sobrevivências religiosas e ao sincretismo das religiões e cultos, assim como a alguns elementos de nítida origem africana que permanecem no folclore brasileiro.

Ao tratar do negro na estrutura ocupacional, o nosso autor se preocupa não apenas em ressaltar as áreas de penetração do elemento negro, como também faz questão de assinalar os nomes dos elementos negros que se notabilizaram no cenário nacional e até os que ultrapassaram nossas fronteiras. Contudo, é reduzido o número desses negros notáveis, e isso se deve às dificuldades impostas pelo leve traço da linha de cor.

Todas as informações fornecidas pelo autor nessa obra, permitem ao leitor uma ampla visão da situação do negro no Brasil, e pretende mostrar que aqui o estudo dos problemas surgidos nas relações raciais é levado muito à sério e preocupa realmente nossos líderes e cientistas.

IRENE F. BARBOSA

* * *

*

RAMOS (Arthur). — *As culturas negras*. Casa do Estudante. Rio de Janeiro. 1971. 2ª edição.

Trata-se do terceiro volume da Introdução à Antropologia Brasileira, da Coleção "Arthur Ramos", sob os auspícios da Casa do Estudante do Brasil, numa reedição da obra publicada em 1943.

Pelo momento histórico, no qual apareceu; pela seriedade do seu conteúdo; pela riquíssima bibliografia consultada, (são mais de duas mil referências bibliográficas), esta obra continua sendo ainda hoje a primeira tentativa de sistematização dos estudos antropológicos em nosso meio, abrindo novas perspectivas para trabalhos e pesquisas posteriores.

O presente volume é dedicado às Culturas Negras, para uma visão de conjunto da Antropologia Física e da Etnologia brasileira, num estilo fluente, analítico, corajoso e personalista.

O estilo literário do Professor Arthur Ramos foi sempre admirado, pois tem algo de inconfundível. Poderíamos dizer que a sua breve existência (1903-1949), tivesse sido queimada pela sede da produção literária. Entre cursos, conferências, discursos e comunicações que realizou, teses que defendeu, seminários e mesas-redondas que promoveu, contam-se 96. De 1926 a 1947 pu-

blicou 2 teses, 6 opúsculos e 17 livros. A sua bibliografia geral é constituída de 458 trabalhos originais publicados.

Médico por vocação, aprovado com distinção em 1926 pela Faculdade de Medicina da Bahia, com a defesa de sua tese de doutorado, “Primitivo e Loucura”, foi Arthur Ramos um pesquisador analítico e apaixonado sobretudo da presença do Negro na cultura brasileira. Na opinião de eminentes críticos nacionais e estrangeiros, ele é ainda “a nossa mais alta autoridade” nos estudos afro-brasileiros. E tudo isso é bem demonstrado neste volume, que prima por uma distribuição original do assunto, com dados novos de pesquisa direta, seguindo o conselho do grande bandeirante nestas pesquisas, Nina Rodrigues: “recompôr os fragmentos da cultura afro-brasileira nas suas fontes africanas”. Examina, pois, as culturas africanas para o indispensável cotejo comparativo com as sobrevivências brasileiras.

Como decorrência disso, notamos em Arthur Ramos um espírito corajoso e combativo, insatisfeito com muitas teorias e com esquemas predeterminados por autores de renome internacional, porque vítimas de preconceitos ideológicos, ou duma visão unilateral do problema, ou anteriores às descobertas mais recentes do *Homo Afer*. Entre outros casos, poderíamos citar os nomes de Deniker (pág. 24), Huxley (pág. 25), Leo Frobenius (pág. 28), Calógeras (pág. 49), Spix e Martius (pág. 175), etc.

Ao longo dos oito capítulos desta sua obra, que sozinha seria suficiente para lhe dar fama internacional de pesquisador honesto e incansável, o autor nos dá uma visão de conjunto, após uma análise completa das características dos vários grupos de sobrevivências culturais identificadas no Brasil. Aparecem, assim, os grupos Yoruba-Nagô, com as suas características físicas, sua cultura, sua mitologia e suas cerimônias religiosas. O grupo Gêge no Brasil com a sua cultura daomeiana. O grupo Mina com o seu *folk-lore* da cultura Fanti-Ashanti. O grupo Malé no seu contexto islamizado. O grupo Bantú, com a sua magnífica cultura material, com a sua organização social e política e com suas práticas religiosas e mágicas.

Contribui Arthur Ramos, com este trabalho de fôlego e em larga escala para a dosagem certa das proporções das raças africanas, e o panorama dos povos negros importados no Brasil fica, desta maneira esboçado em seu quadro geral.

Ao corrigir os equívocos dos métodos evolucionistas puros e fugindo a todo o sociologismo romântico do Negro, o autor procurou seguir os ensinamentos do método histórico cultural, aperfeiçoando e completando em vários pontos o próprio mestre Nina Rodrigues, (pág. 134, 136, 173, 176).

Concluindo, fazemos nossas as palavras de Renato de Mendonça, amigo pessoal do nosso autor, desde menino, em Alagoas, e ex-Embaixador do Brasil em Gana, quando diz:

“A obra de Arthur Ramos — um autodidata e um *great scholar* — poderá apresentar falhas, mas não deixa sobretudo na sua investigação honesta e segura, de ter aberta a grande clareira na floresta, de modo a permitir o pouso de naves de maior vôo”.

FREI GIOVANNI BOZIC

* * *

*

PIERSON (Donald). — *Branco e pretos na Bahia*. São Paulo. Companhia Editora Nacional. Brasileira nº 241.429 pp. 2ª edição brasileira. 1971. (Título geral: *Negroes in Brazil*).

O autor é um jovem norte-americano, enviado pela Universidade de Chicago para completar suas pesquisas de doutoramento na Bahia. Por isso, a obra assume aspectos interessantíssimos, enriquecidos pela seriedade dos esquemas rígidos, próprios dos anglo-saxônicos; pela disciplina metodológica, própria da Universidade de Chicago; pelo entusiasmo do jovem pesquisador, sob a orientação teórica do seu velho Professor Robert E. Park; pela originalidade e riqueza de elementos colecionados ao longo de vários anos de magistério na própria Universidade da Bahia; pela clareza da disposição didática do rico material, característica fundamental numa tese de doutoramento; e pela enorme capacidade de observação, que lhe mereceu propriamente o convite formal da Direção da Universidade da Bahia a permanecer entre nós e continuar como pesquisador e como catedrático.

A obra constitui um “a solo” nesta literatura afro-brasileira, que tende a progredir em número e qualidade de produção, porque Donald Pierson é um dos primeiros e um dos únicos sociólogos norte-americanos, vindo dum país do racismo legalizado, compreender com precisão a posição do Negro no Brasil, expor com serenidade as conquistas “do campo”, entusiasmar-se com os valores descobertos, corroborar a sua opinião com os autores brasileiros, regozijando-se com a identidade das conclusões alcançadas por caminhos tão diferentes.

Após várias introduções e a apresentação do próprio mestre no assunto, Arthur Ramos, o autor, a começar da pág. 91, inicia o trabalho propriamente dito, numa sequência de cinco partes: O Cenário, A Escravidão, Miscigenação, Raça e *status* social, Herança africana, A Situação racial baiana. Somente na quinta parte desenvolve diretamente o título da obra: “Branco e Pretos na Bahia”.

Impressionam duas soberbas “bibliografias”, que ocupam numa sequência alfabética bem trinta páginas, de 398 a 429. Trata-se dum “Bibliografia Seleccionada”, da primeira edição, e uma “Bibliografia Adicional”. Isso constitui algo

de novo: um autor estrangeiro e sobretudo um norte-americano, a citar tantos autores e sobretudo brasileiros!

Enriquece a obra um “Apêndice” de Ditos comuns relativos à Gente de cor, (pág. 384 e ss.), fruto de longas observações e aplicações ininterruptas de centenas de questionários.

E, como conclusão lógica deste trabalho sistemático, o autor sintetiza o problema racial no Brasil numa sequência de 26 itens, chamadas, por modéstia científica (?) de “hipóteses” conclusivas, (págs. 345-371).

Por todos esses motivos afirmamos que a obra de Donald Pierson é a primeira obra científica que surge no Brasil, de estudo sistematizado e objetivo das relações de raça, reconhecendo o nosso racismo ou criptoracismo, mas bem diferente do racismo legalizado dos Estados Unidos.

E ainda, fazendo nossas as palavras lúcidas e serenas de Arthur Ramos, diremos que

“O que é inegável é que o livro de Pierson abre horizontes novos na sociologia brasileira no capítulo das relações de raça. De hoje em diante, nenhum estudioso brasileiro poderá dispensar na sua mesa de trabalho este livro do Professor Donald Pierson, em que devemos enxergar um sociólogo americano da geração moderna, que chega ao Brasil, não para lançar sobre nós aqueles terríveis anátemas dos velhos e intransigentes *scholars*, mas para compreendê-lo com espírito objetivo, integrado que se acha hoje dentro de nossos problemas e das nossas aspirações”.

Por isso é bom não esquecer que esta segunda edição foi inteiramente revista e muito enriquecida e aparece com uma nova introdução preparada pelo autor especialmente para esta edição. Porém, já a primeira edição, em 1942, entre muitas outras obras de vários autores, que entraram em competição, foi premiada com o *Anisfield Award*, como o melhor livro científico e erudito publicado naquele ano no campo das relações raciais, pela quantidade de dados organizados sistematicamente, como também pela compreensão de abordar o problema, e clareza da apresentação.

FREI GIOVANNI BOZIC

* * *

BASTIDE (Roger) e FERNANDES (Florestan). — *Branco e negro em São Paulo*. São Paulo. Companhia Editora Nacional. Brasileira nº 305. 3ª edição. 305 pp.

É a terceira edição de um dos mais delicados e corajosos, completos e vibrantes trabalhos da dupla que honrou, num recente passado, a Universidade de São Paulo: Roger Bastide e Florestan Fernandes, em colaboração inteligente e exaustiva de vários outros especialistas, incluindo o trabalho de alunos e ex-alunos.

É bem verdade que o sub-título reza: “Ensaio sociológico sobre aspectos de formação, manifestações atuais e efeitos do preconceito de cor na sociedade paulistana”.

Acontece, porém, que não se trata apenas dum ensaio. Pois, cada capítulo leva o leitor a conclusões cientificamente válidas, abrindo caminho para novos estudos e tomadas de posições definitivas.

Trata-se, portanto, dum trabalho digno da seriedade e objetividade, finalidade e atualidade e contribuição financeira da UNESCO, da Reitoria da Universidade de São Paulo e da revista *Anhembi*.

Como aparece veladamente no prefácio (pág. 9), houve quem considerasse este ensaio sociológico quase uma contribuição perigosa, como se os investigadores fossem responsáveis pelas tensões latentes ou abertas, que eles se limitaram a descrever e a interpretar. Houve também quem lamentasse as lacunas resultantes do próprio teor de trabalho, por esperarem algo parecido com o que os autores desejavam fazer em seu projeto original. Houve, por fim, quem se insurgisse contra o emprego de conceitos, como “preconceito” e “discriminação” a uma situação de contacto inter-racial, como a de São Paulo.

Foi-nos possível descobrir e sublinhar a filosofia dos autores pela leitura desapassionada e a análise minuciosa da obra. É uma filosofia sem preconceitos raciais, focalizando um ponto de vista sociológico, numa perspectiva única: a descoberta da verdade, na certeza de que a verdade será mais útil à melhoria das relações entre “negros” e “brancos” no Brasil, que as avaliações etnocêntricas, herdadas, consciente ou inconscientemente, do passado escravocrata. E, diante da constatação da existência dum criptoracismo brasileiro, os autores querem contribuir para o esclarecimento dos espíritos, julgando isso indispensável e urgente. Pois

“tanto os brancos, quanto os negros precisam ser reeducados para conviverem de modo construtivo no mundo que está surgindo da nova ordem social igualitária, implantada com a Abolição e com a República” (pág. 12).

Esta “Filosofia do sem-preconceito” aparece numa luz meridiana ao longo dos cinco capítulos da obra.

Capítulo 1º: “Do Escravo ao Cidadão”, de autoria de Florestan Fernandes. É um trabalho de síntese, no qual, em rápidas, mas certeiras pinceladas

o autor no dá a história do Negro em São Paulo, a evolução do seu sistema econômico e o reflexo dela na alteração da situação econômica do Negro. Quem conhece o estilo de Florestan Fernandes, encontrará aqui um pedaço de sua mentalidade de pesquisador sério e construtivo, baseando-se em datas, números, esquemas e quadros sinóticos, fruto de centenas de fichas e duma grande variedade de colaboradores.

Capítulo 2º: “Cor e Estrutura Social em Mudança”, redigidos igualmente por Florestan Fernandes, examina mais de perto a evolução do sistema social de São Paulo, elevando-se do nível mais baixo da sociedade paulistana. Além disso, o autor responde duma maneira exaustiva à pergunta fundamental: “Houve mesmo mudança nas inter-relações raciais a partir da Abolição (1888) e com a advento da indústria, criando um “Negro Novo”, ou provocando apenas “Tendências Emergentes”?

Capítulo 3º: “Manifestações do Preconceito de Cor”, redigido por Roger Bastide, quer-nos parecer um trabalho exaustivo, honesto e corajoso, apontando facetas várias de preconceito de cor em São Paulo. Num estilo vivo, graças à inserção de muitas entrevistas, com uma distinção válida entre preconceito de classe e preconceito de cor, e aplicando esta “subtileza psicológica” aos sírios, aos portugueses e aos italianos, denuncia as barreiras nas promoções nos vários setores.

Capítulo 4º: “Efeitos do Preconceito de Cor”, é uma aplicação prática das constatações do capítulo anterior, de autoria de Roger Bastide, com referências corajosas aos órgãos de fiscalização social: Igreja e Política. A começar da página 190 o autor examina mais detalhadamente os efeitos do preconceito sobre a personalidade do Negro, sublinhando as consequências sociais, psicossociais, econômicas e sócio-culturais. É de se sublinhar a coragem e a honestidade em tratar da “Parêntese sobre a religião dos Pretos na sua relação com o preconceito de cor” (pág. 215).

Capítulo 5º: “A Luta contra o Preconceito de Cor”, redigido por Florestan Fernandes, é o último dos cinco capítulos, numa sequência lógica, preparando a pesquisa sociológica para uma conclusão construtiva. O autor se propõe a desmantelar esta dimensão incômoda do sistema sócio-cultural brasileiro, pondo em relevo as principais tendências ou medidas de combate à discriminação racial e ao preconceito de cor, levada a cabo pelos negros, pelos brancos ou por órgão do governo brasileiro. Na página 246 nos oferece duas tabelas muito interessantes: “O que os negros dever ter ou fazer para ocupar os cargos que somente são concedidos aos brancos e para conseguir oportunidades de ascensão social e econômica” (conforme a opinião das mulheres e conforme a opinião dos homens). Finalmente, na página 255 o autor nos comunica que a reação legal contra o preconceito de cor, contra a mística da branquidade, apesar de toda a tradição brasileira, e somente do ano de 1951.

Finalmente (págs. 269-310), há um Apêndice: “O Preconceito Racial em São Paulo”. É um projeto de estudo, elaborado e redigido, originalmente, por Florestan Fernandes. Lido e discutido por Roger Bastide, foi publicado a partir da segunda edição, com uma análise suplementar de atitudes raciais representáveis quantitativamente.

Em resumo, trata-se dum livro que mereceu os mais amplos elogios de crítica especializada, pela sua seriedade de pesquisa, coragem dos autores e evidência das conclusões.

Acreditamos, e os leitores não de concordar conosco, que a aceitação merecida do livro prende-se também aos seguintes fatores internacionais e nacionais. No cenário internacionais assistimos à intensificação de conflitos raciais. E no cenário nacional?

“Será preciso recorrer, muitas vezes, não à análise de comportamentos, mas à da ausência de comportamento...” (pág. 149). “Nós, brasileiros, temos o preconceito de não ter preconceito. E esse simples fato basta para mostrar a que ponto está arraigado no nosso meio social” (pág. 148).

Há uma espécie de pecado de omissão que os “brancos” cometem contra o homem de cor, cortando-lhe a ascensão na sociedade.

FREI GIOVANNI BOZIC

* *

*

ABRANCHES (Dunshee). — *Como se faziam presidentes*. Rio de Janeiro. Livraria José Olympio Editora. 1973. 351 pp.

A historiografia republicana foi enriquecida neste fim de ano (1973) pela publicação de obras que muito contribuirão para o melhor estudo e a melhor compreensão da vida política republicana. Os três livros, *Rodrigues Alves. Apogeu e Declínio do Presidencialismo*, de Afonso Arinos de Melo Franco, *Como se Fazem Presidentes*, de Dunshee de Abranches, e *Rui e a Economia Brasileira*, de Pinto de Aguiar são diferentes na sua metodologia, representam pesquisas reconstrutivas, ou registros memorialistas, tem valores distintos, mas todos beneficiam muito o conhecimento histórico republicano.

Sobre o primeiro já tive oportunidade de dizer um pouco — menos que merece — sobre o grande valor da obra de Afonso Arinos, uma biografia política que reconstitui a vida política republicana brasileira até à morte de Rodrigues Alves em 1919.

O livro de Dunshee de Abranches, sob o título novo *Como se Faziam Presidentes*, se compõe de três pequenos livros de 1902, o *Livro Negro*, a cisão do partido republicano federal, o *Livre Verde*, a história do partido republicano federal, e o *Livro Branco*, tratando da concentração republicana de 1898 à primeira eleição de Rodrigues Alves, em 1902.

Reunidos num só os três livros, a história subterrânea da política brasileira entre 1896 e 1902 é apresentada em forma de depoimento pessoal por um participante e testemunha. Revela-se a história interna da política brasileira, as personagens, suas virtudes e defeitos, os aspectos pessoais, os partidos, a atuação do Congresso nas escolhas e sucessões. O livro contém revelações corajosas sobre insuficiências pessoais de alguns políticos, examina exaustivamente a personalidade de Francisco Glicério, e faz excelentes esboços de retratos de várias figuras de destaque da vida pública brasileira.

O Autor refere-se à “atividade pasmosa” da administração de Prudente de Moraes, mas critica sua política. Francisco Glicério, Júlio de Castilhos, Nilo Peçanha, Lauro Muller, Pinheiro Machado, Severino Vieira, Luís Viana, Manuel Vitorino, Joaquim Murtinho, Bernardino de Campos, Campos Sales, Rosa e Silva, Artur Rios, aparecem vistos por um contemporâneo que conviveu com eles e teve oportunidade de observá-los e inteligência crítica para apontar seus méritos e deméritos.

Muito importante é o terceiro livro, o *Livre Verde*, onde se examinam as políticas estaduais, uma a uma, a política dos governadores, que foi tão importante na chamada Primeira República. Não é menos valioso o depoimento do Autor sobre os vários partidos, desde o Partido Republicano Federal até os vários partidos estaduais que proliferaram na Primeira República. Não faltam ao livro casos pitorescos, ditos qualificações que amenizam a leitura da política da fase de 1896 a 1902.

Como se Faziam Presidentes revela as escolhas das candidaturas oficiais, as tricas e futricas da política republicana. É um livro bem documentado, reprodutindo cartas, telegramas, manifestos, e resumindo reuniões políticas. Não se esquece dos efeitos dos manifestos monarquistas sobre a Bolsa, nem de mencionar as conspirações militares, especialmente o motim da Escola Militar. Mostra como Pinheiro Machado, na discussão com Glicério, na convenção de 1897, já defendia governos fortes, representando bem a corrente liberticida riograndense do Sul. O terceiro livro é uma contribuição para o estudo de Campos Sales, como o primeiro o é para Prudente de Moraes.

O livro é a composição de um político, de um jornalista e de um memorialista. A historiografia memorialista é um pouco de história e um pouco de memórias, escrita como um registro do que está acontecendo enquanto acontece. O Autor capta e recolhe *in statu nascendi*, certo que é preciso memorizar o que via e acontecia. Revela, assim, uma viva consciência histórica,

um pouco de biografia, de autobiografia, de história corrente, sem nenhum aspecto nostálgico, antes crítico e muitas vezes heterodoxo, diante das fidelidades e infidelidades partidárias.

O livro é também uma denúncia contra os processos políticos da época, e nisto está muito de seu valor. Ele retrata o *status quo*, a miudeza da política, na hora mesma em que ela está sendo gerada e criada. Com sua consciência histórica Dunshee de Abranches não foge à responsabilidade de criticar e julgar. Nesta íntima associação entre o político, o jornalista e o historiador de *Governos e Congressos da Republica* — um guia indispensável ao estudo da história republicana — está a virtude essencial do escritor de *Como se Faziam Presidentes*. Há uma historiografia que aprova tudo o que acontece, e transforma o historiador num *claqueur*. Dunshee de Abranches não é um aplaudidor; sua objetividade não implica uma neutralidade ou um sectarismo de eunuco. Ele é crítico, ele discorda, ele julga. Nisto reside o valor essencial de seu depoimento.

JOSÉ HONÓRIO RODRIGUES

* * *

*

PEREIRA (Wladimir). — *Evolução industrial do Estado de São Paulo*. Instituto de Pesquisas da Faculdade Municipal de Ciências Econômicas de Osasco. 1973. *Cadernos de Economia*.

Sempre entendi que os trabalhos elaborados em função da carreira universitária — teses de doutoramento, mestrado, livre-docência, cátedra ou coisa que o valha, ou, então, as pesquisas realizadas para os trabalhos normais das cadeiras, departamentos ou institutos — devem revestir-se, sempre que possível, é óbvio, de características tais que possam ser lidos e apreciados não apenas pelos iniciados, mas também pelo leitor comum que tenha qualquer interesse pelos mais variados aspectos da cultura. Se estou tocando nesse assunto, é porque tenho visto numerosos casos de trabalhos universitários, teses principalmente, tão eruditas, tão herméticas e esotéricas, que dificilmente encontrarão leitores fora dos próprios autores ou daqueles que, por obrigação, devem examiná-los. Trabalhos exaustivos, que demandaram anos e anos de pesquisa, despesas fabulosas, viagens ao exterior, simplesmente para o cumprimento de um dispositivo regulamentar. Terminada a defesa pública, voltam para as gavetas, donde não mais sairão, porque dificilmente algum editor por eles se interessará e as Universidades que obrigaram seus autores a escrevê-los, não têm, em geral, condições para publicá-los. Lembro-me de teses do tempo em que fui secretário na Universidade de São Paulo, de mais de vinte anos, portanto, que estão ainda inéditas, atulhando as prateleiras, sem a menor esperança de virem a lume e, se

tal acontecer, precisarão de tais revisões que melhor seria a seus autores escreve-las de novo.

Tais considerações me ocorreram ao tomar conhecimento de um recente trabalho do Professor Wlademir Pereira (*Evolução industrial do Estado de São Paulo*), publicado pelo Instituto de Pesquisas da Faculdade Municipal de Ciências Econômicas de Osasco, inaugurando a série *Cadernos de Economia*. Trata-se, pelo que se constata, da apresentação do resultado de uma série de pesquisas iniciadas pelo autor ao tempo em que esteve vinculado à cadeira de Economia Política da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo, então regida pelo Professor Paul Hugon, de quem o autor foi assistente por muitos anos. Escolhendo como assunto de seu trabalho a evolução industrial do nosso estado, Wlademir Pereira demonstrou que uma pesquisa científica pode vir a interessar o homem comum não familiarizado com os *mistérios* de sua ciência, e, mais ainda, constituir um trabalho que vem preencher sensível lacuna em nossa bibliografia.

O Professor Wlademir Pereira, que, além do magistério universitário, tem ocupado cargos técnicos e administrativos de relevância, e que está, ainda, vinculado a Campinas, pois aqui exerceu funções junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e lecionou na Faculdade de Ciências Econômicas de nossa Universidade Católica, logo no seu início, ao escolher o assunto de sua pesquisa, percebeu, naturalmente, o que havia de lacunoso na história econômica de São Paulo e dispôs-se a estudar um dos aspectos de sua evolução material, ou seja, a que se refere à indústria, fenômeno relativamente novo — declara ele no prefácio — e que só a partir de fins do último século passou a adquirir importância. Esse retardamento na industrialização da terra paulista encontra razões em fatos de ordem social, econômica, histórica e política, e são esses fatos que o autor se dispõe a examinar na primeira parte de seu livro. Essa primeira parte vale por um pequeno ensaio de história econômica paulista e nele o autor considera particularmente a ausência, por largo espaço de tempo, de tarifas alfandegárias protecionistas, o problema da escravidão, a exploração cafeeira, a importância dos fatos demográficos na industrialização paulista, as estradas de ferro, a instalação de usinas de energia elétrica, enfim todos os elementos responsáveis pelas condições que tornaram possível o surgimento de um parque industrial em São Paulo. A seguir, considera três fases da evolução industrial paulista: a). — a fase conduzida pela estrada de ferro e máquina a vapor; b). — a fase de predominância da influência da energia elétrica; e c). — a fase da influência da siderurgia. Defendendo-se de alguma eventual crítica que lhe possa ser feita, ao lembrarem que fatores de outra natureza tiveram primazia sobre os socio-econômicos, lembra que o seu intuito não foi o de avaliar a importância de fatores diversos sobre a evolução industrial bandeirante, mas, tão-somente, seguir critério fundamentalmente socio-econômico.

Numa segunda parte, passa o autor a examinar as influências que o desenvolvimento industrial de São Paulo exerceu na estrutura socio-econômica paulista, começando pelas influências no setor agrícola e tratando sucessivamente das influências sobre o comércio, o transporte, os fatos demográficos, a renda nacional e a renda *percapita*. Aqui, como é natural, os dados estatísticos se sucedem, mas na dosagem necessária (outra coisa que nem todos os pesquisadores conseguem) para fundamentar seu trabalho. São frequentes os trabalhos que necessitam apelar para as estatísticas, mas fazem-no de maneira a deixar o leitor em dúvida se todos os dados utilizados seriam mesmo necessários... Não é o caso do presente livro. Certamente o fato de seu autor ser não só pesquisador, mas também professor, explica muito da clareza, de seu trabalho e do emprego adequado dos elementos estatísticos para o necessário embasamento documental de seu estudo.

A terceira parte trata das influências da industrialização sobre os preços, salários, mão-de-obra, custo de vida, produção e consumo de energia e capital. Valem para essa terceira parte as mesmas observações feitas para a segunda, relativas à utilização de dados estatísticos. As tabelas concernentes a salários, distribuição da população segundo as atividades, flutuação do emprego na região de São Paulo, índices de custo de vida, consumo de energia elétrica e de combustíveis, investimentos de capital e outras ainda são elucidativas, necessitando apenas de maior atualização, pois a pesquisa não é recente e os quadros socio-econômicos mudam com muita rapidez. Mas se as referências vem só até 1966 e algumas reportam-se apenas até o ano de 1962, isso em nada desmerece o trabalho, pois ele fixa um momento muito importante da história de São Paulo, aquele que se seguiu ao término da Segunda Guerra Mundial, pois foi a partir desse momento que começam a se apresentar os problemas oriundos das diferenças de constituição entre a antiga sociedade rural e a sociedade urbana, na qual se salienta a industrialização. A estabilidade, bem característica da sociedade brasileira, é profundamente alterada. As atividades sociais, nas áreas predominantemente agrícolas, segundo o pensamento de Le Play, citado pelo autor,

“são simples e pouco numerosas e a família e grupos de parentesco mais amplos exercem sua função reguladora disciplinando e estabilizando a ação dos indivíduos e dos grupos sociais”.

Com o desenvolvimento industrial, surgem novas instituições e se nos apresentam problemas de organização e instabilidade social:

“Num período relativamente curto, as cidades da região industrializada sofrem um supercrescimento demográfico, fora de quaisquer previsões, acarretando uma série de consequências econômicas e sociais próprias dos crescimentos ultra-rápidos”.

Ultra-rápidos e imprevisíveis, como o próprio autor pondera, de que é exemplo frisante toda a região da Grande São Paulo e cujas influências já

se fazem sentir também em algumas cidades do interior, que não estão preparadas, na sua infra-estrutura, para se tornar, de um momento para outro, verdadeiros parques industriais. Daí os numerosos problemas que algumas delas já enfrentam, e que devem alertar seus administradores no sentido de corrigi-los enquanto é tempo. Sim, porque algumas, infelizmente, não podem mais ser corrigidas, conforme lembrei na “carta aberta” ao Senhor Prefeito Municipal, que publiquei no começo deste ano, num dos jornais de Campinas.

Aliás, o próprio Professor Wladimir Pereira julgou oportuno encerrar seu trabalho com três advertências, ao lembrar que

“a industrialização no Estado de São Paulo, após ultrapassar diversas dificuldades, continua a enfrentar vários e sérios problemas a requererem soluções”: um deles, “fundamental, pois é base da solução dos demais”,

é o da necessidade de um programa que discipline e nacionalize o nosso desenvolvimento econômico; outro, é o da concentração, no sentido econômico do termo, isto é,

“aumento das dimensões médias das empresas, visando poupanças de capitais e de mão-de-obra, e, sobretudo, aumento da quantidade produzida e redução do preço de custo da produção”;

e um terceiro é o do aumento da quantidade de energia, principalmente a elétrica, que, pela escassez, não raro tem limitado e encarecido a produção industrial e nos obrigado a um maior consumo de combustíveis de origem estrangeira. E, ao lado de tudo isso, a necessidade de ampliação do mercado interno, o que, ao ver do autor, será conseguido com a melhoria dos produtos industrializados aliada a medidas que visem ao aumento do poder aquisitivo no nosso homem do interior, pela melhoria da produção agrícola e dos meios de transporte e comunicações. E, complementando, a intensificação da corrente de capitais, melhoramentos dos sistemas de crédito, a formação de técnicos e o aperfeiçoamento dos métodos de trabalho. Entrosagem difícil, não há dúvida, mas possível, pois outros países souberam alcançá-la.

Não me furto ao prazer de transcrever, para melhor proveito dos leitores, os dois derradeiros parágrafos do livro de Wladimir Pereira:

“O que se observa, porém, é que embora sejam diversos e difíceis muitas vezes de solucionar, os problemas da industrialização em São Paulo têm encontrado no moderno bandeirante o homem que os enfrenta com coragem e decisão e os resolve com a serenidade e capacidade daqueles a quem o destino histórico entregou o bastão da liderança econômica nacional. E, da análise a que procedemos da evolução industrial paulista, fica-nos a convicção de que ela caminha, a passos largos, no sentido de ombrear-

-se com os mais adiantados países do mundo, nesse setor da atividade humana, colocando o Brasil, a cada dia que passa, em situação de mais destaque entre as nações que já atingiram alto grau de desenvolvimento material e intelectual”.

Finalmente, uma palavra de reconhecimento à Faculdade de Ciências Econômicas de Osasco, na pessoa de seu diretor, Professor Delorenzo Neto, “magnífico incentivador dos que se iniciam no campo das Ciências Sociais”, como ressalta o Professor Wladimir Pereira, por ter ensejado a publicação do excelente trabalho que propiciou esta nota. Seria de desejar, apenas, que as publicações do importante instituto universitário de Osasco tivessem maior divulgação e pudessem ser encontradas facilmente nas livrarias.

ODILON NOGUEIRA DE MATOS

* * *

*

KOWARICK (Lúcio). — *Estratégias do Planejamento Social no Brasil*. São Paulo. Cadernos do CEBRAP. 1973.

A finalidade primeira desta resenha é chamar a atenção para os cadernos do CEBRAP (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento) que se dispõem a analisar temas brasileiros da maior importância.

O trabalho de Lúcio Kowarick, cujo título encima esta nota, insere-se nessa linha e discute o planejamento social no Brasil desde as primeiras tentativas governamentais ocorridas em meados da década dos 40.

O autor começa analisando o conceito de planejamento social, afirmando que no Brasil

“quando se pensa o processo de desenvolvimento para fins de planejamento, o termo *social* é geralmente definido em oposição ao econômico. Ora, desenvolvimento é um processo integral e a separação entre aspectos sociais e econômicos constitui uma dicotomia que pode obscurecer a própria natureza da questão”.

Alem disso, os planos brasileiros não se apoiam numa teoria sociológica do desenvolvimento (ver Florestan Fernandes: *A sociologia numa era de evolução social*) e a ausência de sistematização dos problemas ligados ao desenvolvimento social diminui, de muito, seu alcance. Como o desenvolvimento econômico é visto como o fulcro dos problemas brasileiros, o *social* surge sempre com um caráter nitidamente *economicista* (como *reflexo* do crescimento econômico), reduzindo-se a atividades setorializadas, que se ressentem de uma abordagem de conjunto.

Na segunda parte, discute aspectos metodológicos do planejamento social nos planos brasileiros: Plano Salte (1950); Programa de Metas (1958), Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social (1963-1965); Programa de Ação Econômica do Governo (Paeg, 1964-1966); Programa Estratégico de Desenvolvimento (Ped, 1968-1970).

O *Salte*, primeiro plano que trata de um setor social (saúde) apresenta características de emergência e, por uma série de fatores (morosidade de aprovação, inexistência de verbas, entre outros), praticamente não funcionou.

O *Programa de Metas*, do ponto de vista do planejamento social só apresenta um setor, a educação (somente formação de pessoal técnico); o modelo proposto é de estilo *economicista*, pois tem como idéia básica que a falha de técnicos especializados representaria um ponto de estrangulamento no crescimento econômico.

O Plano *Trienal* abandona essa visão *economicista* por excelência e apresenta pela primeira vez no Brasil a concepção de entraves extra-econômicos do desenvolvimento.

“Desta forma, a economia, no modelo utilizado pelo Plano, já não é mais um fim em si mesmo: traz à tona a problemática de uma repartição de renda mais equitativa, e isso não só porque a incorporação de novos grupos ou regiões em níveis de renda mais elevados trarão um novo impulso ao sistema econômico, mas também porque respondem a imperativos de caráter social”.

Para o *Paeg*, novamente os processos econômicos voltam a ser o fim primeiro, enquanto os setores sociais passam para um plano secundário a serviço dos objetivos econômicos.

O *Ped* segue o mesmo modelo do *Paeg*, do ponto de vista metodológico.

“Mas ainda, a ‘justiça social’, à qual reiteradamente o Plano se refere, parece estar em contradição com os mecanismos postos em prática pelo aparelho governamental. Isso transparece quando é analisada a política salarial”.

O problema salarial é visto sob a ótica econômica, sendo um dos pontos centrais da estratégia de desenvolvimento adotada pelo *Paeg* e pelo *Ped*; através da contenção salarial é que se pretende combater a inflação, acelerando o ritmo de desenvolvimento.

“Semelhante política salarial ocasionou acentuada deteriorização no padrão de vida de considerável número de assalariados urbanos; ... é conveniente mencionar, a título de exemplo, que parece ter havido uma correlação entre a deteriorização salarial

e o aumento da mortalidade infantil tardia, que começou a se agravar no Município de São Paulo a partir de 1963”.

Na terceira parte, o autor faz uma análise mais pormenorizada, mas não exaustiva, dos vários setores do planejamento social (educação, saúde e saneamento, habitação, previdência social) em cada plano governamental. Através de dados estatísticos (há dezenove quadros anexos ao trabalho), da orientação escolhida e dos resultados efetivamente obtidos, chega à conclusão de que

“a mediocridade dos diagnósticos de situação, a imprecisão quanto à validade e viabilidade das metas e recursos estipulados e a discrepância entre os objetivos programados constituem indicadores que revelam a fase embrionária em que se encontra o planejamento social de nível federal no Brasil”.

Na quarta parte, Lúcio Kowarick estabelece relações entre o planejamento social e o contexto socio-político brasileiro, partindo do princípio de que o planejamento é uma atividade diretamente dependente da situação política que vigora no país. Sua primeira observação é de que em 1930 já existe uma preocupação real com o desenvolvimento econômico, enquanto o primeiro plano que trata de um setor social só aparece mais de quinze anos depois. Essa defasagem temporal se explica para o autor pelo fato da tomada de consciência do subdesenvolvimento só se dar após a Segunda Guerra Mundial.

Generalizando, o autor relaciona a manipulação social relativamente desfavorável ao desenvolvimento e o estilo populista de governo (1930-1964) em que a dinâmica política se sustentava num jogo de interesses e barganhas incompatíveis com uma programação de planejamento.

“Após 1964, com a crescente centralização das decisões em torno do Poder Executivo e com a ruptura do jogo político que se processava a partir das oposições partidárias, sindicais e dos mais vários grupos de pressão, o planejamento passa a ser um dos instrumentos de maior eficácia para um governo que encontra no controle da ‘ordem social’ — e não mais nos processos eleitorais — a base de sua sustentação”.

O trabalho de Lúcio Kowarick parece um ensaio para um trabalho de mais fôlego, mais pormenorizado e aprofundado. Suas análises limitam-se a generalizações e imprecisões, talvez por falta de trabalhos monográficos sobre o período. Apesar de se resguardar em muitas das suas análises (por exemplo, sobre a burguesia nacional), tem algumas frases bastante discutíveis: “pode-se mesmo dizer que a ideologia liberal pura é pouco a pouco substituída pela ideologia do planejamento”; o que é esse liberalismo *puro*?; o que é o liberalismo dentro do contexto brasileiro? O que é ideologia do planejamento? Mas, de qualquer forma, é uma obra importante, que deve ser lida e discutida.

MARIA LIGIA PRADO